

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A HISTÓRIA DO
ENSINO DAS LÍNGUAS E LITERATURAS ESTRANGEIRAS

CENTRO DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE DO PORTO



Dos Autores de Manuais aos Métodos de Ensino das Línguas e Literaturas Estrangeiras em Portugal (1800-1910)

Luís Alberto Marques Alves
Ausenda Babo
Luzia Blard
Maria Hermínia Amado Laurel
Daniel Coste
Sónia Duarte
Juan F. García Bascuñana
Monica Lupetti
Fernando Carmino Marques
Fátima Outeirinho
Alicia Piquer Desvaux
Rogelio Ponce de León Romeo
Maria José Salema

ORGANIZAÇÃO:

Sónia Duarte
Fátima Outeirinho
Rogelio Ponce de León

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Dos Autores de Manuais aos Métodos de Ensino das Línguas e Literaturas Estrangeiras em Portugal (1800-1910)

ORGANIZADORES

Sónia Duarte, Fátima Outeirinho, Rogelio Ponce de León

EDITOR

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Linguística da Universidade do Porto

LOCAL

Porto

ANO DE EDIÇÃO 2014

CAPA José Osswald

CONCEPÇÃO GRÁFICA Sersilito-Empresa Gráfica, Lda.

ISBN 978-989-8648-32-7

DEPÓSITO LEGAL 383201/14

TIRAGEM 150 exemplares

O manual escolar no quadro da História Cultural

LUÍS ALBERTO MARQUES ALVES

Universidade do Porto

Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

1. Introdução

O livro escolar, ou manual, por contraposição ao livro, enquanto mercadoria e produto editorial, representa e configura uma ordem cognoscente e uma marca autoral. Significando uma aproximação à realidade pedagógica e didática, o livro escolar é o principal ordenador da cultura, da memória e da ação escolar. Esta componente permite a sua inscrição na cultura escrita.

Complementarmente, num quadro cultural e pedagógico mais amplos, o livro escolar, na sua internalidade e especificidade, enquanto principal suporte da cultura escolar e produto de uma dialética entre discurso e conhecimento científico, sugere e carece de uma abordagem singular, com recurso à seriação e fazendo emergir uma análise que terá de contemplar os seus autores, os seus prescritores e os seus destinatários. Em última análise, estes transportarão para o espaço social uma postura ou cultura que foram buscar aos conteúdos desses recursos essenciais.

Atenta a esta vertente, a História Cultural, tal como se desenvolveu no quadro de uma renovação historiográfica, a partir dos anos 80 do século XX, implementou novas temáticas de investigação e transformou em objeto de estudo aspectos até aí secundarizados. O manual escolar passou a surgir de forma recorrente como referência do saber/conhecimento de determinada época e como objeto de análise complexo e multifactorial.

Neste breve ensaio procuraremos referir algumas linhas de investigação sobre o livro escolar, que reconhecem a sua especificidade, mas não deixam também de abrir-se a uma multifactorialidade e ao cruzamento de dimensões diacrónicas e sincrónicas. E isto, no quadro mais amplo de uma historiografia que integre o material, o cultural, o social, o escolar, o pedagógico, num quadro de articulação entre a História da Educação e da Cultura.

2. Quadro contextual e investigativo

O livro escolar é um dispositivo pedagógico central do processo tradicional de escolarização. Nele estão refletidos os entendimentos dominantes de cada época, relativos às modalidades de aprendizagem e ao tipo de saberes

e de comportamentos que se deseja promover (...). O manual apresenta-se fortemente condicionado pelas mudanças sociais, económicas, políticas e culturais, quer nos tipos de saberes (que são e como são) representados, quer nos valores que explícita ou implicitamente veicula (PINTO, 2003: 174).

Os manuais escolares, constituindo o principal recurso pedagógico utilizado nas salas de aula, jogam um papel importante na determinação dos “cânones de verdade”, definem e condicionam o conhecimento de uma determinada época e são reflexo das condicionantes políticas, económicas e culturais de um determinado país. Os seus conteúdos ajudam-nos também a conhecer as visões de uma determinada sociedade sobre múltiplas questões: desde a religião ao tratamento do género, desde o escravagismo ao eurocentrismo histórico. Estas múltiplas facetas e riquezas, permitem que seja hoje um objeto de investigação privilegiado em muitas áreas – científicas, pedagógicas, didáticas...

Este crescente interesse investigativo permitiu ou beneficiou de um conjunto de grupos ou instituições que se dedicam a coligir, incentivar e apoiar investigadores. Destacam-se naturalmente:

- a nível nacional:
 - Projeto “Manuais Escolares, e-manuais e dinâmica da aprendizagem” (financiado pelo Ceief – Universidade Lusófona) e coordenado por José Duarte;
 - Projeto “Educação e Património Cultural: Escolas, Objetos e Práticas” (financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia) e coordenado por Maria João Mogarro, que apresenta um grupo específico de investigação sobre manuais escolares.
- a nível internacional (alguns exemplos):
 - a IARTEM (International Association for Research on Textbooks and Educational Media);
 - o GEI (Georg-Eckert Institute for International Textbook Research);
 - o Centro de Investigación MANES.

Além destas estruturas de investigação coletiva, importa ainda destacar as inúmeras teses de mestrado e de doutoramento que se têm produzido nos últimos anos sobre manuais escolares, não só inscritas em programas de Ciências da Educação, mas também no contexto de programas de História da Educação e de Didáticas Específicas.

Deste modo, o manual origina hoje a constituição de grandes listagens e séries – catálogos de livrarias, editoras e distribuidoras; catálogos de bibliotecas; índices de livros censurados, proibidos, doados ou inventariados; coleções.

Ele aparece associado a uma historiografia que se organiza pela articulação de duas lógicas diferenciadas:

- a seriação transversal, a partir de um referente – uma instituição cultural ou educativa, uma livraria, uma biblioteca, um fundo documental, uma biblioteca particular, uma disciplina;
- a seriação vertical, orientada para um historicismo evolutivo e diacrónico, dentro de um mesmo eixo condutor temático ou material – o manual escolar, o livro de horas, as bibliotecas populares, enquanto *continuum* colecionável, de livros ou de títulos, progressivo e expansivo, nos planos do conhecimento e da informação.

É assim a aplicação destas lógicas ao manual escolar que tem originado projetos de investigação em grande escala, que para além de uma inventariação sistemática, têm fomentado a construção de um domínio científico específico e permitem abordagens comparativas.

Nesse contexto, a historiografia francesa, designadamente a partir do projeto EMMANUELLE (Institut National de Recherche Pédagogique – França), como mais recentemente a historiografia ibero-americana, através do projeto MANES fomentaram grandes inventários, como base da manualística escolar e educacional. Em Portugal pode-se destacar o projecto “Manuais escolares, e-manuais e dinâmica da aprendizagem” (DUARTE, 2011) atualmente em vigor e que visa proceder à análise de manuais escolares, à escala de várias disciplinas, relativamente às suas orientações pedagógicas. De sublinhar ainda e existência de instituições e associações que se dedicam ao estudo de manuais escolares, onde se destacam o Georg-Eckert Institut (na Alemanha); a IARTEM – International Association on Research on Textbooks and Educational Media (sediada na Noruega) ou o Observatório dos Recursos Educativos (em Portugal), destacando os mais significativos. Na FLUP, o Departamento de Geografia tem realizado algumas exposições de manuais escolares com catálogos que estão disponíveis na Biblioteca Digital.

Estes projetos ajudam também a responder cada vez melhor ao desafio de Roger Chartier, de integrar a história do livro e da leitura na história cultural, garantindo a análise das variações formais de um texto, seja no que estas contenham de inovação, seja no que contenham de acomodação e de adaptação a novos leitores e no interior das comunidades de leitores. Afinal, o triângulo básico da história cultural: o livro, o texto, a leitura.

Pelas suas marcas de orientação de leitura, projeção e conhecimento do público-alvo, e pela normalização do ato de ler (práticas e experiências de leitura) no quadro da cultura escolar, o manual constitui um segmento da produção bibliográfica em que se podem tomar por inteiramente conhecidas

as características e os produtos da leitura e da apropriação. No quadro da cultura escolar, as atividades de leitura são mediatizadas pelo professor, pelo grupo de alunos, são objetivadas em consonância com os fins e as funções da escola e da escolarização.

A leitura escolar é uma leitura instrumentalizada. Assim, em que medida o manual é portador de marcas que indiciam e orientam essa instrumentalização? No seu modo de construção, como na orientação para um destinatário, o manual escolar distingue-se de outros livros porque apresenta orientações explícitas relativamente ao comportamento do leitor. O manual escolar é pro-ativo, disciplinando o ato de ler. Recolher, caracterizar e organizar essas marcas, no quadro de uma investigação, permite conferir ao manual escolar um estatuto que o situam como ponte e como mediatização entre a leitura e a pedagogia.

A abordagem torna possível construir grandes categorias analíticas que permitem incluir e sobrepor-se à casuística escolar. É no quadro das grandes construções seriais que se torna possível projetar uma territorialidade e uma temporalidade que subjazem a determinadas experiências pedagógicas, e, ainda, que se torna possível acompanhar e traçar a geografia, o itinerário e o destino de um modelo pedagógico, de um autor, ou de um livro escolar. É esse trabalho comparativo que o recurso a bases de dados, por grandes contiguidades geográficas e sócio-culturais e por grandes correntes pedagógicas, permitirão obter.

Por contraponto a esta generalização e a esta procura das principais tendências, só a casuística, focalizada em observações aplicadas a certos públicos, a certas instituições, a certos territórios, a certas circunstâncias geográfico-históricas e às utilizações específicas de um texto ou de um manual, permite reconstituir cenas e experiências de leitura e falar de apropriação. É a articulação entre a particularização e as grandes categorias da abordagem serial que permite uma aproximação complexa e aprofundada à história dos manuais, do livro e da leitura.

Neste sentido, a história do manual escolar tem-se desenvolvido com base em três linhas de orientação, a que correspondem perspetivas disciplinares diferenciadas: o livro escolar como meio didático e pedagógico privilegiado na estruturação da cultura escolar; uma abordagem no quadro da história económica e social; uma abordagem no quadro da história cultural.

O manual escolar é um produto/mercadoria com profundas repercussões no domínio da sociologia do conhecimento; a sua construção como objeto produto/cultural é também uma questão da ordem do saber; da ordem do livro e da ordem da cognição. Uma epistemologia do manual escolar constitui um desafio conceptual, cuja complexidade, extensível à história do livro, se particulariza, em síntese, numa dialética entre discurso e *episteme*.

Meio didático e símbolo do campo pedagógico, o manual escolar, cuja produção corresponde a uma configuração complexa entre texto, forma e discurso, é uma combinatória de saber/conhecimento/(in)formação. Neste sentido, é nos planos da representação e da apropriação, isto é, do conhecimento como saber e da informação como conhecimento, que a história dos manuais escolares constitui um contributo fundamental para a história do livro.

Tomados como informação, os manuais escolares apresentam uma intermodalidade cujos planos básicos são a simbolização, a cognição, a semiótica, compreendendo as seguintes dimensões: os manuais como leitura/o leitor projetado, o leitor orientado; os manuais como estruturação e orientação do ato de ler e da experiência de leitura; os manuais escolares como inteligência/ação; os manuais como significação e construção do mundo. Também como representação dos campos epistémico e científico, pedagógico, sociológico e antropológico, os manuais escolares constituem um caso particular no quadro mais amplo da cultura escrita.

3. Dimensões do uso do manual e potencialidades do conhecimento

Os manuais podem ser inventariados, ordenados, seriados e analisados na sua especificidade. Em tese, um manual da autoria de um cientista, de um literato, de um professor, ou um manual de unidade curricular (temática e didático-pedagógica), ou, ainda, um manual/compilação de lições ou compósito de textos, informam e enformam diferenciadamente a leitura, perspetivando visões de mundo, igualmente diferenciadas.

Sem o reconhecimento deste postulado, não se justificaria uma abordagem específica dos manuais, no quadro mais geral do texto, do livro e da leitura – ou seja, no quadro da cultura escrita. O manual escolar tem uma materialidade; espécime e produto autoral, editorial, mercantil, ele é mercadoria e produto industrializado e comercializado, com características próprias e que cumpre objetivos específicos nos planos científico, social e cultural. Os seus modos de produção e de circulação envolvem uma cadeia de agentes e estão condicionados por uma série de prerrogativas: dimensões autorais; técnicas e materiais de fabrico e reprodução; processos e percursos produtivos; circunstâncias e condicionalismos de comercialização, circulação, difusão e acesso.

Mas o mercado do livro escolar é também afetado por factores de regulação e pelas circunstâncias históricas no que se refere às políticas curriculares e à mediatização do acesso por intervenção das instituições escolares e dos professores, entre outros. Para assegurar a normalização e a adequação da informação aos diferentes tipos de leitor, foi justificada a existência de censura prévia implementada por diversos organismos. Estes regem-se por normas

no que respeitam à edição, à mercantilização, às formas de expressão, sua natureza e adequação aos destinatários, nos planos cognitivo, moral e ideológico, como ainda ao rigor científico e discursivo dos conteúdos.

Circunstâncias históricas houve, contudo, em que a aplicação destes instrumentos de regulação não foi suficiente para a superação dos condicionamentos sócio-económicos. É o que pode inferir-se ao tomar como exemplo a situação das escolas portuguesas aquando das inspeções gerais realizadas em 1863 e em 1875. Uma parte muito significativa das escolas elementares então inspeccionadas utilizava livros que não estavam incluídos na listagem dos manuais recomendados pelo Conselho Superior de Instrução Pública. Segundo o testemunho dos professores e dos inspetores, esta situação se devia fundamentalmente a razões de carácter económico. Os livros mais usados eram, com efeito, aqueles livros ou manuais que existiam nas famílias ou nas escolas, ou ainda aqueles que o professor tinha e emprestava aos alunos.

É a combinação destas vertentes que nos permite olhar o manual escolar como um objeto de estudo que necessita de uma grande preocupação contextual, um grande conhecimento das políticas educativas, uma sensibilidade para percebermos a sociedade onde ele se inscreve e uma grande disponibilidade para o observarmos numa perspectiva epistemológica divergente e heterogénea. A análise do manual nunca nos transportará para uma visão monolítica do mundo e é uma fonte insubstituível para o compreendermos na sua diversidade política, económica, social e cultural.

Mas para além de ser uma fonte para o conhecimento de uma época ou do saber de uma época, o manual escolar é também uma preciosa fonte para analisarmos e indagarmos a pedagogia e a didática de um determinado período temporal. Aliás, são cada vez mais os estudos que visam analisar e avaliar a adequação dos manuais escolares às orientações curriculares vigentes para a disciplina e ciclo de estudos a que diz respeito. Há nestes estudos uma clara preocupação em demonstrar que há manuais escolares mais ou menos afastados das orientações curriculares, o que adquire uma relevância particular em Portugal actualmente no atual quadro de avaliação e certificação de manuais escolares. A própria constituição deste sistema de certificação de manuais escolares em Portugal demonstra a importância que o manual escolar ainda tem no contexto do processo de ensino-aprendizagem que, cada vez mais, é revalorizada no âmbito da existência de inúmeras fontes de informação digitais na medida em que os alunos cada vez mais necessitam de compêndios de informação essencial e validada cientificamente.

O surgimento dos denominados “e-manuais” ou manuais digitais vem também reforçar a pertinência deste recurso que em vez de estar condenado à extinção, se metamorfiza no sentido de se enriquecer com uma quantidade

imensa de recursos digitais e possibilidades de pesquisa interativa de informação.

4. Manual objecto da História Cultural

A historiografia dos manuais escolares integra a história geral do livro e da leitura. Os fenómenos e, por força de razão, os factos culturais ou pedagógicos são construções sócio-históricas que contêm uma materialidade, uma representação, um agenciamento e uma apropriação. Será na medida em que os manuais respeitem e se adaptem à natureza profunda da realidade educativa que eles constituem um objecto específico no quadro da história cultural e, por consequência, no quadro da história do livro e da leitura.

Tomada numa aceção dinâmica e no sentido mais genérico, a cultura, muito especificamente a cultura escrita, é uma ação complexa de diálogo e de (in) formação, com base num texto, suportado por um discurso/livro, cuja mensagem se transmite e é captada/apropriada pela leitura. Texto, livro e leitura são, deste modo, os elementos básicos da cultura escrita e correspondem a uma ação educativa. Como exemplo de adaptação dos conteúdos, teorias e conceitos de uma matriz científica pura a uma aplicação à realidade escolar, em primeiro lugar e, como representação e forma de acesso às práticas de ler e dar a ler, em segundo, os manuais escolares constituem um contributo fundamental, se não único, para a história cultural.

O estudo criterioso dos diversos tipos de manuais permite uma aproximação às formas de uso, às práticas de ler e dar a ler, aos comportamentos cognoscentes do leitor e das comunidades de leitores, aos graus de liberdade de interpretação, aos processos de variação de leituras, aos planos de legitimação das possíveis versões de texto, enfim, à interação simbólica.

4.1. Uma série particular de recursos para análise histórica

Passa-se com o livro um processo análogo ao das disciplinas escolares. Foi na medida em que foram correspondendo às necessidades, às prerrogativas e às circunstâncias históricas da cultura escolar e da pedagogia, em geral, que os diversos ramos do saber se estruturaram em disciplinas curriculares. Idêntico processo se operou na evolução histórica do livro.

A abordagem serial do livro escolar visa tratá-lo enquanto produto cultural orientado para um sujeito leitor, em processo de formação e de crescimento, e cuja actividade de leitura deverá ser orientada e dirigida para determinados fins. Correspondendo a uma pragmática que integra de forma articulada finalidades de diferente natureza e uma diversidade de facetas quanto à morfologia e ao

conteúdo, os manuais escolares constituem um género bibliográfico específico, cuja configuração se traduz numa diversidade de tipos.

História de uma mercadoria e de um modo de produção, a história do livro como a do manual escolar são também a história de arbítrios e conflitualidades culturais, de grupos, meios e processos sócio-culturais. De entre uns e outros, estes últimos são os mais estudados e porventura os mais significativos e conhecidos, nos planos da hierarquia e no exercício da hegemonia de poder, como ainda nos planos de definição e de relacionamento entre os domínios público e privado, urbano e rural.

Com efeito, seja pelo aparato burocrático em que mergulham no decurso dos processos de produção, legitimação, aprovação e leccionação, seja pela sua centralidade no interior da cultura e da ação escolares, uma das marcas sócio-culturais mais relevantes quando se analisam os manuais escolares é a explicitação de juízos sobre conteúdos, lugares, figuras ou personagens. Subjazem aos manuais escolares lógicas de autoridade e de verdade que não são comuns a outros livros ou produtos culturais, mesmo no interior da cultura escolar. O manual escolar, mais que um meio de aculturação e de alteridade, é factor de afirmação e de dominação cultural.

Em Portugal, por exemplo, as Cartilhas, como os Manuais e Compêndios Escolares (estes últimos já no decurso do século XVIII), foram produzidos no interior de corporações ou de estruturas notáveis, como a Corte, a Universidade de Coimbra, as Dioceses, as Ordens Religiosas e Monásticas, os Mestres Régios. Desde o século XVIII que há fatores de natureza corporativa e de controlo, que exercem determinado tipo de pressão sobre a produção, aprovação e circulação dos manuais escolares, e ainda sobre como historiá-los. Há, por outro lado, uma sociologia de utilização, circulação e apropriação que não se esgota nos circuitos produtivos.

5. Manual como objeto científico partilhado

No que se refere ao ensino de Primeiras Letras e à Instrução Elementar, em Portugal, ainda que seja possível referenciar vários inventários constantes de estudos sobre níveis de ensino e objetos didáticos, não foi ainda elaborado um inventário criterioso e sistemático da manualística portuguesa.

Tomando como referência a Instrução Elementar, do mural para o manual enciclopédico e deste para a manual de leitura e de leitura e escrita, o percurso histórico do manual escolar corresponde, nos seus traços gerais, ao processo de escolarização da sociedade portuguesa – da alfabetização ao Ensino Primário Complementar, instituindo-se por fim uma Escola Elementar

Graduada, correspondendo a uma Educação Primária/Fundamental e posteriormente a um primeiro ciclo da Educação Básica.

Neste processo, o manual escolar tornou-se o meio pedagógico central. Na fase final do Antigo Regime, sob o primado das Luzes, escola e manual escolar sobrepõem-se, uma situação que se altera no decurso do século XIX, à medida que o sistema escolar se estrutura e que a função da leitura se autonomiza e reforça, face aos métodos catequísticos tradicionais. Por um vasto período, o manual escolar cumpriu uma função enciclopédica, contendo todas as matérias que não apenas constituem a educação básica mas cuja utilidade se prolongam pela vida, podendo ser consultado a cada momento.

Na transição do século XIX, correlativamente ao desenvolvimento da Escola Nova, que contém uma ampliação, uma diversificação e uma complexificação da pedagogia escolar (reforçando uma pedagogia activa, com base no dizer e no fazer), o manual escolar de leitura, como também os manuais específicos, constituem uma iniciação, uma abertura de caminhos, uma estruturação básica do raciocínio, com vista ao alargamento e ao aprofundamento da informação, remetendo para outras leituras e para outras fontes do conhecimento. Por um tempo, o estatuto e a função do manual escolar surgem assumidamente relativizadas e circunscritas, quer no âmbito de um processo progressivo do conhecimento e da formação, quer enquanto representação e estruturação da cultura e da pedagogia escolares. Neste último aspeto, há uma cultura escolar, de ritualização, gestualidade, socialização, formação, que não é vertida para o manual, mas que, no entanto, tende a ser, direta ou indiretamente, homologada, contextualizada, meta-projetada por ele. O manual escolar era uma das portas de entrada na vida e na cultura.

A progressiva sobreposição entre instrução e escolarização e entre escolarização e educação, nas primeiras décadas do Estado Novo, tendo por objetivo uma lógica basista e minimalista da escolarização elementar, converteram o manual escolar em livro único e numa antropologia básica. O manual escolar ordenava e permitia a interiorização de uma visão sobre o mundo.

A centralidade do manual escolar e a sua maior ou menor didatização (alcançada através de questionários, orientação geral, estruturação) constituem uma fonte de investigação sobre a realidade pedagógica. Tal investigação pode ser organizada pela via direta ou por uma via de desconstrução, pois que houve partes da cultura escolar que não foram objeto do manual, e a pedagogização do manual não se operou sempre da mesma forma e com igual relevo na história da escolarização.

O estatuto do manual escolar confere-lhe um peso fundamental na estruturação do pensamento, na conceptualização e no método de construção e apropriação do conhecimento. Como historiar o estatuto do manual escolar?

A partir dos enquadramentos legais? A partir da epistemologia dos saberes escolares e outros? A partir dos relatórios da inspeção e de outros organismos de poder e de regulação? Optando por uma abordagem serial, qual o valor epistémico das bases construídas a partir dos catálogos de editores de autores? A partir dos fundos bibliográficos das instituições educativas ou, ainda, das bibliotecas públicas?

A inscrição da história do manual escolar na história cultural, com abertura, entre outros aspetos, à produção/conversão, à configuração dos diversos tipos de texto, em discurso didático/pedagógico sob a forma de livro/manual, à projeção e estruturação dos modos de ler e dos comportamentos do leitor e, ainda, à caracterização e avaliação das formas de apropriação, desafia uma epistemologia complexa que implica um cruzamento de diferentes instrumentos metodológicos. Esta operação histórica é também uma rigorosa aplicação historiográfica que articula de forma coerente e conseqüente o historicismo da cultura escrita, da cultura escolar e da escolarização, e o do lugar e da função do livro escolar, com as conjunturas que assinalam rupturas, transformações e inflexões no sentido histórico.

Enquanto objeto epistémico, cultural e pedagógico, o livro escolar tem um percurso e um tempo histórico próprios, cujos significado, sentido e evolução, representação e apropriação se documentam, compreendem, explicam e nararam no quadro da história cultural. Mas, no âmbito da História da Educação este “objecto” foi sempre “acarinhado” pelo poder político, ao ponto de criar mecanismos de controlo, impor conteúdos, determinar a criação de equipas para os julgar, submeter os seus autores aos desígnios e às decisões das comissões criada. Mas apesar de tudo isto ele “continua a ser o senhor do ensino e a sua não utilização projeta-se no limiar da utopia” (TORMENTA: 1996, 11).

Em síntese: entre o idealismo da sua exclusividade e a utopia da sua dispensabilidade no processo de escolarização, importa equacioná-lo num espaço epistemológico de investigação que permita conhecer bem a nossa dependência em termos formativos, da sua existência e o papel insubstituível que continua a desempenhar no nosso referencial cultural.

6. Conclusões

Importa então sublinhar a pertinência das investigações sobre manuais escolares, tanto no contexto de um estudo histórico diacrónico ou mais sincrónico. Elemento caracterizador de uma época, é-o também de pedagogias e didáticas e de vivências em sala de aula.

Deste modo, a pertinência do seu estudo no contexto das Línguas Estrangeiras é inegável, tanto numa perspectiva histórica ou não. Por exemplo, o Georg-Eckert Institute for International Textbook Research (localizado em Braunschweig na Alemanha) apresenta na sua biblioteca uma extensa colecção de manuais escolares de Alemão – Língua Estrangeira de vários países do mundo e de diferentes períodos históricos. A sua pertinência e o seu estudo é inegável para a investigação em Alemão – Língua Estrangeira.

Esperamos, assim, que as nossas reflexões em torno do “manual escolar” motivem mais investigadores (onde se incluem os de Línguas) a apostarem nesta área de investigação viva e controversa. Alguns já o começaram a fazer: é o caso, a título de exemplo, de Maria da Esperança Martins e Cristina Sá (MARTINS e SÁ, 2010, 2011) e Rosa Bizarro e Ana Aguiar (BIZARRO e AGUIAR, 2010).

Fica o desafio a que estas investigações continuem.

Referências Bibliográficas

- ARABSKI, Janusz & WOJTASZEK, Adam (ed.). 2011. *Aspects of Culture in Second Language Acquisition and Foreign Language Learning*. New York, Springer.
- BIZARRO, Rosa, AGUIAR, Ana. 2010. “Os manuais de FLE: um instrumento para o (des)entendimento da diversidade” in DUARTE, José (org.), *Manuais escolares e dinâmica da aprendizagem: podem os manuais contribuir para a transformação da escola?*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. 103-116.
- CARVALHO, Adalberto & FADIGAS, Nuno. 2007. *O Manual Escolar no século XXI – Estudo comparado da realidade portuguesa no contexto de alguns países europeus*. Porto: ORE – Observatório dos Recursos Educativos.
- COSTA, Cristiana Martinha Maia Oliveira da Fonseca. 2011. *A Formação do cidadão geograficamente competente-aspectos da mudança de paradigma pedagógico em Didáctica da Geografia*. Tese de doutoramento policopiada. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- DUARTE, José (org.). 2011. *Manuais Escolares: mudanças nos discursos e nas práticas*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- GÉRARD, François, ROEGIERS, Xavier. 1998. *Conceber e Avaliar Manuais Escolares*. Porto: Porto Editora.
- MAGALHÃES, Justino. 2006. “O Manual Escolar no quadro da História Cultural – para uma historiografia do manual escolar em Portugal” in *Sísifo – Revista da Unidade de Investigação em Ciências da Educação da Universidade de Lisboa*. 1: 5-16.
- MAGALHÃES, Justino. 2011. *O Mural do Tempo-Manuais Escolares em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri e Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- MARTINS, Maria da Esperança & SÁ, Cristina. 2011. “Textbooks and the development of transversal competencies through mother tongue Reading comprehension” in RODRIGUEZ RODRIGUEZ, Jesús; HORSLEY, Mike & KNUDSEN, Susanne (eds.), *10th International Conference on Textbooks and Educational Media*. Santiago de Compostela: IARTEM. 496-501.
- MARTINS, Maria da Esperança & SÁ, Cristina. 2010. “Que promoção da compreensão na leitura esperar do manual de Língua Portuguesa?” in DUARTE, José (org.), *Manuais esco-*

lares e dinâmica da aprendizagem: podem os manuais contribuir para a transformação da escola?. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. 13-29.

NÓVOA, António. 2005. *Evidentemente – Histórias da Educação*. Porto: Edições ASA.

PINGEL, Falk. 2010. *UNESCO Guidebook on Textbook Research and Textbook Revision*. Paris/Braunschweig: UNESCO/GEI.

PINTO, Mariana Oliveira. 2003. “Estatuto e Funções do Manual Escolar de Língua Portuguesa”. *Educação, Ciência e Tecnologia*. 28: 174-183.

TORMENTA, José Rafael. 1996. *Manuais Escolares – Inovação ou Tradição?* Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.